



RELUCI – 3.2.2 (FME)

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Secretaria Executiva de Controle e Transparência

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Educação de Alegre (FME)

Gestor responsável: Vanderson Valadares de Campos

Exercício: 2025

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, essa Secretaria Executiva de Controle e Transparência realizou, no exercício de 2025, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Gestão** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, que alcança as tomadas ou prestações de contas dos administradores de recursos públicos, submetido ao TCE-ES para julgamento.

1.1. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de detalharmos os pontos de controle selecionados para análise, é fundamental abordar algumas questões preliminares que podem prejudicar a análise da presente Prestação de Contas Anual por parte desta SECONT.

Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, a PCA compreende um conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e de outras peças e documentos necessários para a prestação de contas dos responsáveis.

As normativas do TCE-ES determinam quais pontos de controle devem ser examinados pelo Controle Interno na PCA do exercício. Os principais pontos dizem respeito à consistência dos dados apresentados nos balanços e demonstrativos contábeis.

No entanto, é importante notar que o Conselho Federal de Contabilidade estabelece que a análise de demonstrativos contábeis é uma atividade exclusiva de profissionais com formação



acadêmica em ciências contábeis e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2018, o CRC/ES emitiu uma notificação aos Controladores dos municípios capixabas, alertando-os sobre a proibição de realizar análises de demonstrativos contábeis caso não possuam a qualificação exigida, sob pena de incorrerem em crime de exercício ilegal de profissão, conforme o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso específico do Secretário Executivo de Controle e Transparência do Município de Alegre, embora tenha formação acadêmica em direito, não possui graduação em ciências contábeis nem está registrado no CRC/ES.

Na PCA de 2017, o então Coordenador de Controle Interno do Município de Alegre optou por não analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCE-ES, o que resultou na citação do Prefeito Municipal para apresentar justificativas pela falta de medidas necessárias para viabilizar a análise dos demonstrativos contábeis.

Diante dessa situação, a SECONT enviou um Ofício ao ex-Prefeito Municipal solicitando a designação de um servidor com formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, e que não estivesse envolvido com as contas das UG's, para realizar a análise dos demonstrativos contábeis de forma imparcial.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal informou que não possuía um profissional com essas características em seu quadro de servidores, mas destacou que contratou uma empresa especializada para reformular o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre, incluindo a criação de cargos efetivos de auditores para a Controladoria.

Essa reformulação resultou na aprovação de uma nova estrutura administrativa pela Lei Municipal nº 3.582/2020, que incluiu a criação do cargo de Secretário Executivo de Controle e Transparência, Subsecretaria de Controle Interno, Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados, Superintendência de Ouvidoria e Participação Social, e Diretoria de Integridade e Transparência.

No entanto, o Projeto de Lei que previa a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno ainda não foi aprovado até a presente data.

Portanto, devido à falta de formação em ciências contábeis e registro no CRC/ES, evidenciada está a impossibilidade do atual SECONT em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.



Contudo, cumpre registrar que a atual gestão municipal adotou providências concretas e efetivas no sentido de superar a deficiência estrutural historicamente verificada no âmbito do Controle Interno. Nesse contexto, foram iniciadas tratativas formais para a realização de concurso público com previsão de execução no exercício de 2026.

Além disso, foi promovida a contratação de empresa especializada para a reformulação do plano de cargos e salários do Município, contemplando, dentre outros pontos, a criação e estruturação de cargos técnicos compatíveis com as atribuições do sistema de controle interno.

Ademais, em 16/12/2025, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por meio do qual o Município assumiu o compromisso de promover a substituição gradual de contratações precárias por servidores efetivos, mediante a realização de concurso público.

Ressalte-se que, no âmbito dessa reestruturação administrativa, está expressamente prevista a criação do cargo de Auditor de Controle Interno, medida que, uma vez implementada, permitirá o adequado atendimento das exigências técnicas relativas à análise de demonstrativos contábeis.

Trata-se, portanto, de cenário substancialmente distinto do anteriormente verificado, evidenciando que, após mais de duas décadas sem a realização de concurso público (o último ocorrido em 2002), há, finalmente, perspectiva concreta de regularização da estrutura de pessoal e de fortalecimento institucional do Controle Interno municipal.

1.2. Quadro de Pessoal da Secretaria Executiva de Controle e Transparência

No exercício de 2025 para as atividades da SECONT foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2025	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Secretário Executivo de Controle e Transparência	01	13.967/2025	01/07/2025
Subsecretária de Controle Interno	01	13.969/2025	01/07/2025
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretora de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica de divisão da administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos



despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a SECONT é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO

1. Itens de abordagem prioritária					
2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão patrimonial					
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.5. Demais atos de gestão					
1.5.1	Documentos integrantes da	IN regulamentadora	Conformidade (Verificação)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o	Contas de



	PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	da remessa de prestação de contas	documental)	requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Gestão (Todas as UG's)
2. Itens de abordagem complementar					
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Análise documental	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Análise documental; revisão analítica; recálculo.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Contas de Governo e Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.4	Alíquota de contribuição – Retenção e Recolhimento	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise documental; revisão analítica	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.7	Servidores Cedidos	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Contas de Gestão (Todas as UG's) e Contas de Gestão do RPPS
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Análise documental	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6. Demais atos de gestão					
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao	Contas de Gestão (Todas as UG's)



				atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	
2.6.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)					
2.7.1. Folha de Pagamento					
2.7.1.1	Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas	Análise documental	Verificar quais foram as providências tomadas com relação as ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas	Análise documental	Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

O presente tópico, intitulado "Constatações e Proposições", visa fornecer uma análise abrangente dos achados e proposições relacionados aos pontos de controle selecionados para avaliação, conforme delineado na Tabela Referencial 1 da IN nº 68/2020 do TCE-ES.

2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

No âmbito da auditoria governamental de conformidade, procedeu-se à análise do exercício das funções de confiança e dos cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal de Alegre, à luz do disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

A avaliação fundamentou-se nas seguintes normas municipais que disciplinam a estrutura administrativa e o regime de pessoal:



- Lei nº 3.582/2020 – Dispõe sobre a Estrutura Administrativa Básica da Administração Pública Municipal de Alegre;
- Lei nº 3.524/2018 – Estabelece o Plano de Cargos e Carreiras do Pessoal do Magistério Público Superior e Técnico-Administrativo da FAFIA;
- Lei nº 2.249/1995 – Define a Estrutura Administrativa do SAAE;
- Lei Complementar nº 004/2022 – Trata da Reforma Administrativa e da Reorganização do Quadro de Pessoal do IPASMA.

A partir da análise das referidas normas e da estrutura funcional vigente, constatou-se que as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, bem como que os cargos em comissão se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento, em conformidade com o comando constitucional.

Não obstante, o art. 37, inciso V, da Constituição Federal também estabelece que percentual mínimo dos cargos em comissão deve ser ocupado por servidores de carreira, cabendo à legislação infraconstitucional fixar esse parâmetro. No âmbito municipal, tal exigência foi regulamentada pelo §7º do art. 4º da Lei Municipal nº 3.825/2023, que instituiu o novo Estatuto dos Servidores Públicos, o qual dispõe que, no mínimo, 30% dos cargos em comissão deverão ser ocupados por servidores públicos municipais efetivos.

Art. 4º. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

[...]

§7º - Dos cargos comissionados criados por lei, será destinado no mínimo o percentual de 30% (trinta por cento) do seu total, relativo às atribuições de direção, chefia e assessoramento a serem ocupados exclusivamente por servidores públicos municipais de carreira.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento dessa exigência, a SECONT expediu o Ofício Circular nº 001/2024, por meio do qual cientificou o Chefe do Poder Executivo e os demais gestores acerca da necessidade de observância do percentual mínimo legal, solicitando a adoção das providências cabíveis.

Na sequência, por meio do Ofício nº 031/2024 – UCCI/GAB, de 20/02/2024, no âmbito do Processo nº 1044/2024 (GED), esta Secretaria informou ao Prefeito Municipal a situação apurada com base em dados encaminhados pela Diretoria de Recursos Humanos,



consubstanciados nos Ofícios nº 006, 009 e 010/2024. Verificou-se que, do total de 132 cargos comissionados passíveis de enquadramento na regra legal, apenas 22 estavam ocupados por servidores efetivos, evidenciando significativa desconformidade em relação ao percentual mínimo de 30% estabelecido na legislação municipal.

Diante desse cenário, foi recomendada a adoção de medidas administrativas voltadas à regularização da situação, tais como a ampliação da ocupação de cargos comissionados por servidores de carreira ou a readequação quantitativa desses cargos. Considerou-se, para tanto, a necessidade de planejamento gradual, envolvendo capacitação de servidores, reorganização administrativa e eventuais ajustes estruturais, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Entretanto, verifica-se que, ao longo do exercício de 2025, não houve a efetiva implementação das medidas necessárias para o atingimento do percentual mínimo legal, permanecendo o Município em situação de desconformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.825/2023.

2.7.1.1	Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas	Análise documental	Verificar quais foram as providências tomadas com relação às ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas	Análise documental	Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

No que se refere aos pontos de controle 2.7.1.1 e 2.7.1.2, relativos à resolutividade das inconsistências indicativas e dos pontos de controle constantes na remessa de dados da folha de pagamento (CidadES – PCF), verificou-se a existência de pendência relevante apontada pelo TCE-ES, por meio da Comunicação nº 03252/2025.

A referida comunicação deu origem ao Processo Administrativo nº 2025-24T4N, instaurado com a finalidade de apurar inconsistência identificada no Ponto de Controle nº 1165, relacionada à divergência na alíquota de contribuição suplementar do RPPS nas remessas referentes aos meses de julho a outubro de 2025. A inconsistência consistiu na divergência entre os percentuais registrados na folha de pagamento e aqueles informados pela unidade gestora do RPPS na remessa da PCM, em desconformidade com o plano de amortização do déficit atuarial.

No âmbito da atuação do Controle Interno, foram adotadas medidas imediatas, incluindo a



expedição de ofícios aos gestores municipais e ao IPASMA, com caráter de urgência, para apresentação de justificativas formais e adoção de providências corretivas, visando assegurar a conformidade entre as informações prestadas nos sistemas PCF e PCM.

A partir da análise das manifestações apresentadas pelas unidades responsáveis, bem como da verificação técnica realizada, constatou-se que a inconsistência decorre de falha na parametrização e/ou transmissão dos dados pelo sistema informatizado contratado pelo Município, não sendo identificados, até o presente momento, indícios de erro material imputável à gestão administrativa.

Diante desse cenário, a empresa responsável pelo sistema foi formalmente notificada, por mais de uma oportunidade, para promover a correção da inconsistência e assegurar a adequada geração e transmissão dos dados ao sistema CidadES. Contudo, até a presente data, a irregularidade ainda não foi integralmente sanada, permanecendo o apontamento em fase de acompanhamento.

Ressalte-se que a SECONT mantém atuação continuada sobre o caso, com reiteração de cobranças, realização de diligências e comunicação ao TCE-ES acerca das providências adotadas, com o objetivo de assegurar a regularização da inconsistência, garantir a fidedignidade das informações previdenciárias e mitigar eventuais impactos na análise das contas do Município.

4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Vanderson Valadares de Campos**, gestor do **Fundo Municipal de Educação de Alegre (FME)**, relativa ao exercício de 2025.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA** (Itens 1.1, 2.6.2 e 2.6.1).

Alegre/ES, 24 de março de 2026.

KASSIO VALADARES AMORIM
Secretário Executivo de Controle e Transparência
Decreto Municipal nº 13.967/2025